

EDcl no CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 168.246 - BA (2019/0274970-2)

RELATOR : **MINISTRO GURGEL DE FARIA**
EMBARGANTE : **RUTINEIA CONCEICAO DOS SANTOS CARDOSO**
ADVOGADO : **JULIANA DA SILVA COIMBRA - BA029759**
EMBARGADO : **UNIVERSIDADE ESTADUAL DO TOCANTINS - UNITINS**
ADVOGADO : **RAISA MATOS TEIXEIRA DE CASTRO - BA037555**
INTERES. : **JUÍZO DE DIREITO DA 7ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA DE SALVADOR - BA**
INTERES. : **JUÍZO DA 1ª VARA DO TRABALHO DE SALVADOR - BA**
INTERES. : **MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO DO ESTADO DE TOCANTINS**

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração opostos pela RUTINEIA CONCEICAO DOS SANTOS CARDOSO contra a decisão de fls. 136/137, que conheceu do conflito para declarar a competência do competente o JUÍZO DA 2ª VARA DO TRABALHO DE ARAGUAÍNA – TO.

O embargante defende que "toda a relação laboral ocorreu na cidade de Salvador/BA" (e-STJ fl. 145), e, conseqüentemente, requer que se declare competente o Juízo do Trabalho de Salvador.

Ao final, busca o acolhimento dos presentes embargos, a fim de que seja sanado o referido erro material.

Passo a decidir.

Os embargos de declaração devem atender aos seus requisitos: suprir omissão, contradição, obscuridade ou ambigüidade, podendo, ainda, ser utilizado para corrigir eventual erro material.

Na hipótese, verifica-se que há erro material a ser corrigido.

Com efeito, conforme consta no *decisum* embargado, o conflito de competência é entre o JUÍZO DE DIREITO DA 7ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA DE SALVADOR – BA, ora suscitante, e o JUÍZO DA 1ª VARA DO TRABALHO DE SALVADOR – BA, ora suscitado.

Assim, na decisão de e-STJ fl. 137, onde se lê "DECLARO competente o JUÍZO DA 2ª VARA DO TRABALHO DE ARAGUAÍNA – TO, ora suscitado", leia-se "DECLARO competente o "JUÍZO DA 1ª VARA DO TRABALHO DE SALVADOR – BA, ora suscitado".

Ante o exposto, ACOLHO os embargos declaratórios apenas para

Superior Tribunal de Justiça

corrigir o erro material indicado na fundamentação, mantendo na íntegra os demais termos da decisão embargada.

Publique-se. Intime-se.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

MINISTRO GURGEL DE FARIA

Relator